

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. Apresentação do tema: constitucionalismo, separação de poderes, controle de constitucionalidade e efeito vinculante	15
2. Plano de Trabalho	18

Capítulo 1

CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE	21
1.1 A supremacia da Constituição	21
1.2 Escorço histórico	33
1.3 Espécies de controle judicial de constitucionalidade	36
1.3.1 Controle difuso	38
1.3.2 Controle abstrato	54
1.3.2.1 Ação direta genérica de inconstitucionalidade.....	55
1.3.2.2 Ação declaratória de constitucionalidade	69
1.3.2.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	73
1.3.2.4 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	87

Capítulo 2

EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE JUDICIAL DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	105
2.1 Efeitos da resolução do Senado	116

Capítulo 3

EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE ABSTRATO POR AÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE	119
3.1 Efeito erga omnes	119
3.2 Eficácia temporal dos efeitos	128
3.2.1 <i>Ex tunc</i>	128
3.2.2 Incidência a partir da edição do ato inconstitucional	140
3.2.3 <i>Ex nunc</i>	141
3.2.4 <i>Pro futuro</i>	142

3.3	Efeito repristinatório.....	159
3.4	Modulação dos efeitos da decisão proferida no controle abstrato	164
3.5	Análise da compatibilidade dos preceitos legais que preveem a modulação dos efeitos da decisão no controle abstrato com a Constituição Federal.....	170
3.5.1	Incompatibilidade com a Constituição Federal	171
3.5.2	Compatibilidade com a Constituição Federal	174
3.5.3	Nosso entendimento – inconstitucionalidade.....	176
3.6	Limites à aplicação a modulação.....	182
3.6.1	Cláusulas pétreas.....	183
3.6.1.1	Direitos fundamentais	184
3.6.1.1.1	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	185
3.6.1.1.2	Retroatividade da lei penal mais benéfica.....	187
3.6.1.1.3	Princípio da irretroatividade da lei tributária ..	189

Capítulo 4

O EFEITO VINCULANTE NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	195	
4.1	Direito americano	197
4.2	Direito português	198
4.3	Direito alemão	201
4.4	Direito espanhol.....	203
4.5	Direito italiano.....	204
4.6	Direito austríaco.....	205
4.7	Outros países	205

Capítulo 5

O EFEITO VINCULANTE DAS DECISÕES NO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	207	
5.1	Origem no Brasil do efeito vinculante das decisões no controle de constitucionalidade.....	208
5.2	Conceito e distinção do efeito erga omnes	210
5.3	Previsão constitucional.....	216
5.4	Previsões infraconstitucionais.....	217
5.5	Decisões vinculantes.....	218
5.5.1	Cautelar e liminar.....	218
5.5.1.1	Ação direta genérica de inconstitucionalidade	220
5.5.1.2	Ação declaratória de constitucionalidade	224

5.5.1.3	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	227
5.5.2	Mérito	229
5.6	Limites objetivos	230
5.7	Destinatários	236
5.7.1	Supremo Tribunal Federal	236
5.7.2	Poder Legislativo	239
5.7.3	Demais órgãos do Poder Judiciário	240
5.7.4	Ministério Público	240
5.7.5	Administração Pública e demais intérpretes da Constituição....	241
5.8	Compatibilidade dos atos normativos que preveem o efeito vinculante com a Constituição Federal	244
5.8.1	Constitucionalidade	245
5.8.2	Inconstitucionalidade	248
5.8.3	Nosso entendimento – Inconstitucionalidade.....	251
5.9	Extensão para outras decisões	255
5.9.1	Súmula com efeito vinculante, súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	259
5.9.2	Acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos	266
5.9.3	Precedente proferido em julgamento do incidente de assunção de competência	278
5.9.4	Orientação do plenário ou do órgão especial do respectivo Tribunal.....	280
5.10	Reclamação e o efeito vinculante	280
5.11	Decisões com efeito vinculante e mudança de entendimento	291
5.11.1	Efeitos da mudança de entendimento adotado nas decisões com efeito vinculante	301
	CONCLUSÕES	321
	BIBLIOGRAFIA.....	327